

QUADRO COMPARATIVO DAS POSIÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES/ENTIDADES/SINDICATOS PARA A REORGANIZAÇÃO DO CALENDÁRIO ESCOLAR EM RAZÃO DA PANDEMIA DA COVID-19

O quadro comparativo apresentado abaixo foi elaborado a partir dos seguintes documentos: **POSICIONAMENTO sobre o Parecer do CNE que trata da Reorganização dos Calendários Escolares e a realização de atividades pedagógicas não presenciais durante o período de Pandemia da COVID-19** elaborado pelas 17 entidades nacionais de educação, contando com o apoio de mais oito coletivos, emitido em 23 de abril de 2020; notas públicas “**O calendário escolar (inclusive do ENEM) e a aplicação de aulas não presenciais na Educação Básica**” e “**O currículo escolar em tempos de pandemia do coronavírus**” emitidas, respectivamente em 09 e 23 de abril de 2020, pela diretoria Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE; **Carta do Fórum Nacional de Educação do Campo – FONEC, Articulações, Comitês e Fóruns Estaduais de Educação do Campo e Apoiadores/as**; **Posicionamento público do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB) relativa à proposta de parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre reorganização dos calendários escolares e atividades pedagógicas não presenciais durante o período de pandemia da COVID-19**, emitida em 19 de abril de 2020; **Carta à Sociedade Brasileira** emitida pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação no dia 30 de abril de 2020; **Plano Emergencial para escolas, instituições de ensino e de pesquisas durante o período de suspensão das aulas por conta do COVID-19**, produzido pela União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), e divulgado no dia 24 de março de 2020.

Por ultimo, o quadro contém os resultados do parecer do CNE N.5/2020 aprovado em 28/04/2020 buscando identificar qual a concepção de educação prevaleceu bem como as sugestões/recomendações para a reorganização do Calendário Escolar.

Organizações/ entidades/ sindicato	Concepção de Educação/Prática Educativa	Dificuldades constatadas para a realização de atividades não presenciais	Sugestões/recomendações para a reorganização do calendário/educação brasileira
Entidades Nacionais	Educação pública, gratuita, democrática, laica, qualidade e direito de todos/as.	Sistemas e instituições não dispõem de condições para EaD. Docentes não podem ser responsabilizados ou submetidos.	EaD não pode substituir a educação escolar; Assegurar a reposição das aulas e atividades de modo presencial, ainda que seja necessário que as atividades do ano letivo de 2020 sejam estendidas até 2021; O reconhecimento de um ciclo letivo 2020-2021, sem a realização de quaisquer avaliações censitárias em 2020 ou no primeiro semestre de 2021.
CNTE	Educação como direito que exige as condições de tempo e espaço próprios que devem ser mediados pelo olhar, pelo encontro, pela relação da família com	Garantir o acesso de todos/as (estudantes e profissionais da educação) e em condições isonômicas, a fim de assegurar o padrão de qualidade universal da educação; Assegurar equipamentos e interação virtual permanente dos profissionais com os	É contrária à implementação da EAD, em substituição da educação presencial, na Educação Básica; Sistemas são responsáveis estabelecer as considerações sobre a utilização da EaD; Sistemas de ensino, em conjunto com as escolas (profissionais e comunidade), definirão as formas de reposição dos dias e horas

	a escola, pela interdisciplinaridade de conhecimentos e pela formação construída com base na experiência coletiva.	estudantes, especialmente com aqueles de famílias cujo os pais, mães ou responsáveis apresentassem baixa escolaridade, dada a maior dificuldade dessas famílias em acompanhar o desenvolvimento escolar de seus filhos.	Reforça a necessidade de as escolas se manterem fechadas nesse grave momento de crise sanitária; Os governos devem garantir a subsistência das famílias necessitadas, e, no tocante aos profissionais da educação, a manutenção de todos os contratos de trabalho – independentemente do vínculo – e a integralidade dos salários de professores e funcionários da educação.
FONEC	Formação para vida em suas complexas dimensões, sob a égide do Artigo 2º da LDB de inspiração nos ideais de solidariedade humana e tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.	Realidade desigual e multifacetada da educação brasileira, pública e privada; Profundas dificuldades e limitações de caráter logístico e de infraestrutura que marcam as diferenças regionais, bem como do campo e cidade em todo território nacional; Privações e tensões que a população brasileira está sofrendo durante a pandemia, a morte de parentes, as preocupações com o emprego, a luta para manter o pagamento das contas em dia e a família segura e alimentada; Inexistência de medidas, por parte do MEC e das secretarias de educação, essenciais à proteção dos empregos e salários dos profissionais da educação da rede pública e privada de ensino; Ausência de infraestrutura logística e de comunicação, nas escolas públicas brasileiras, como também em muitas privadas e comunitárias, quanto ao acesso à rede de internet, computadores, energia elétrica; Diversidade sócio-territorial brasileira, as especificidades das comunidades e escolas do campo, indígenas, quilombolas,	Não é hora de salvar o ano letivo. É hora de salvar vidas Mobilizar os recursos públicos para a garantia da merenda escolar de qualidade, pela continuidade do repasse dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar pela União a estados e municípios; Garantir a educação presencial e vedar a educação domiciliar e os projetos de mercantilização e privatização da educação; Assegurar o uso das tecnologias da informação e comunicação para a manutenção de vínculos entre os sujeitos e não para substituir as práticas escolares; Estados e Municípios devem retomar sua autonomia para desenhar ações que deem suporte às famílias de estudantes que necessitam da presença qualificada e humana da escola; Adiamento do Exame Nacional de Ensino Médio - ENEM e de todos os exames nacionais e vestibulares previstos para este ano letivo; Garantia de emprego e salário, de modo a evitar demissões dos profissionais da educação que atuam na rede pública e privada; Respeito e valorização do trabalho docente e assegurar condições dignas de trabalho a esses profissionais; ^[1] _[SEP] União de esforços entre entidades da área educacional, movimentos sociais e sindicais, instituições de ensino, estudantes, professores e professoras pela garantia da Educação sem desigualdades; ^[1] _[SEP] Suspensão de despejos e remoções que servem tão somente para aumentar a vulnerabilidade dos povos tradicionais e camponeses, sobretudo, durante a pandemia; ^[1] _[SEP] Manutenção da vinculação constitucional de recursos para a educação em todas as esferas, com a aprovação urgente do novo FUNDEB, para garantir a universalização do direito à educação, a valorização profissional e a

		extrativistas e ribeirinhas, e a precariedade da infraestrutura de estrada, energia elétrica e de transporte, que dificultam o deslocamento à escola, falta ou precário acesso à internet e às tecnologias exigidas para a realização das atividades não presenciais.	melhoria das condições para o ensino e a aprendizagem nas escolas públicas; ^[1] _[SEP] Utilização do fundo público e da estrutura do Estado para investir em ciência e tecnologia, fortalecer as universidades públicas e instituições de pesquisa e ampliar o sistema público de saúde, de modo a garantir o direito à vida com dignidade dos povos da cidade, do campo, das águas e da floresta; Não aprovação do parecer do CNE e que os entes federados se orientem pelos princípios, valores e diretrizes contidos na Constituição.
MIEIB	Experiências educativas que potencialmente ^[1] _[SEP] podem contribuir para o desenvolvimento dos bebês e das crianças pequenas, a partir da aproximação e da compreensão das ações, relações e, especialmente, das brincadeiras e demais formas de interação que bebês e crianças estabelecem com seus pares e com diferentes adultos e são organizadas pelas/os profissionais de educação infantil.	As propostas do CNE, ainda que em caráter sugestivo, possuem forte teor <i>escolarizante</i> , não considerando a indissociabilidade das experiências de cuidado e educação para o desenvolvimento dos bebês e das crianças pequenas; ^[1] _[SEP] Desigualdade social brasileira que sobrecarrega e desrespeita a realidade das famílias, que não dispõem nem de condições básicas para manter uma vida digna, tampouco de um repertório didático-pedagógico alinhado às especificidades etárias dos bebês e das crianças pequenas. ^[1] _[SEP]	Toda e qualquer recomendação às famílias poderá ser direcionada para que adultos e crianças se relacionem de modo afetivo, pautadas na escuta atenta e diálogo, e que, sobretudo, permitam que estes produzam saberes sobre as experiências que vivenciam durante o distanciamento social; ^[1] _[SEP] A flexibilização do calendário deve e pode estar, também, acompanhada da flexibilização da carga horária anual.
Campanha Nacional pelo Direito à educação	Educação pública, gratuita, equitativa, inclusiva, democrática e de qualidade social, destinada a todas as pessoas residentes em território nacional.	Disparidades de acesso a serviços básicos e as desigualdades sociais, educacionais e regionais; Falta em de equipamentos (computadores e tablets) e dificuldade de acesso a internet por grande parte dos estudantes da educação pública; Falta de infraestrutura básica (água tratada	<i>Apelo aos Conselhos e Secretarias de Educação nos estados, Distrito Federal e Municípios para:</i> A flexibilização do calendário escolar deve considerar que atividades e ações a distância são complementares e, portanto, não devem poder contar como dias letivos; ^[1] _[SEP] Assegurar a garantia da igualdade de acesso e permanência na educação e dos padrões de qualidade no ensino, para todos(as) os(as) alunos(as) da Rede Pública; ^[1] _[SEP]

		e coleta de esgoto) adequada para milhões de família; Sobrecarga de trabalho das mulheres, acentuada para a realidade das mulheres negras, com cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, que tende a aumentar em momento de distanciamento social em casa; ^[1]_[SEP] Mais de 80% das professoras da educação básica são mulheres; ^[1]_[SEP] 38 milhões de pessoas em analfabetismo funcional no Brasil, o que impacta de forma ampla o apoio à educação de crianças e adolescentes das famílias em casa; ^[1]_[SEP] O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) atinge 40 milhões de pessoas e ainda está prejudicada a distribuição de alimentos; ^[1]_[SEP] Profissionais da educação que não têm formação adequada para a Educação a Distância, além de não serem provisionados equipamentos adequados, precarizando o trabalho docente; ^[1]_[SEP] Inúmeros relatos de demissões, cortes de carga horária e diminuição de salários de profissionais da educação em todo o país. ^[1]_[SEP]	Garantam a execução do Programa Especial de Alimentação Estudantil, de modo que seja apresentada a metodologia utilizada para o cálculo dos valores previstos e a sua adequação às necessidades alimentares dos estudantes contemplados; ^[1]_[SEP] Garantam a segurança alimentar dos estudantes durante o período de suspensão das atividades presenciais; Garantam condições adequadas de trabalho, formação e manutenção salarial das e dos profissionais da educação, incluindo os benefícios como vale transporte e alimentação; ^[1]_[SEP] Não coadunem com processos de privatização da educação e de parcerias que envolvam o uso e a venda de dados públicos e das redes de ensino; ^[1]_[SEP] Desenvolvam ações de combate às discriminações e desigualdades dentro e fora da escola, com políticas antidiscriminatórias e de proteção, principalmente em relação às famílias mais pobres, vítimas de violências e desigualdades, como é o caso das famílias negras e indígenas e também das mulheres; ^[1]_[SEP] Organizem espaços de participação para a escuta das/os profissionais de educação, famílias e estudantes; ^[1]_[SEP] Fortalecer o diálogo democrático, o respeito à autonomia dos sistemas de ensino, o debate e o pensamento crítico como instrumentos pedagógicos básicos para a formação de pessoas autônomas, cidadãos e cidadãs capazes de refletir criticamente a realidade para transformá-la e torná-la mais justa. ^[1]_[SEP]
UBES/UNE/ANPG		Negligência do governo brasileiro frente à crise de saúde pública, mantendo as restrições orçamentárias que penalizam as universidades e institutos de pesquisa.	Adiamento do ENEM; Revogação da Emenda Constitucional 95/2016; Discutir a flexibilização da carga horária, diminuindo-a em algumas situações e/ou ampliando o entendimento do que são atividades caracterizadas como hora-aula.
CNE	A principal finalidade do processo educativo é o	Fragilidades e desigualdades estruturais da sociedade brasileira que agravam o cenário	O Parecer n.5/2020 do CNE estabelece as recomendações por etapa/modalidade educacional:

Parecer 05/2020 aprovado em 28/04/2020	atendimento dos direitos e objetivos de aprendizagem previstos para cada etapa educacional que estão expressos por meio das competências previstas na BNCC e desdobradas nos currículos e propostas pedagógicas da instituições ou redes de ensino de educação básica ou pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e currículos dos cursos das instituições de educação superior e de educação profissional e tecnológica.	decorrente da pandemia em nosso país, em particular na educação, se observarmos as diferenças de proficiência, alfabetização e taxa líquida de matrícula relacionados a fatores socioeconômicos e étnico-raciais; As diferenças existentes em relação às condições de acesso ao mundo digital por parte dos estudantes e de suas famílias; Dificuldades operacionais para encontrar datas ou períodos disponíveis para reposição de aulas presenciais, podendo acarretar prejuízo também do calendário escolar de 2021; Dificuldades das famílias para atendimento das novas condições de horários e logísticas; ^[1] [SEP] Dificuldades de uso do espaço físico nas escolas que tenham um aproveitamento total de seus espaços nos diversos turnos; Dificuldades administrativas dependendo do impacto financeiro dos custos decorrentes dos ajustes operacionais necessários; Dificuldades trabalhistas envolvendo contratos de professores, questões de férias, entre outros.	Educação Infantil - Sugere-se que as instituições de educação infantil possam elaborar orientações/sugestões aos pais ou responsáveis sobre atividades sistemáticas que possam ser realizadas com seus filhos em seus lares, durante o período de isolamento social. Buscar tornar o contato com os pais ou responsáveis pelas atividades, mais efetivo com o uso de internet, celular ou mesmo de orientações de acesso síncrono ou assíncrono, sempre que possível. Ensino Fundamental – Anos Iniciais – Sugere-se Que as redes de ensino e escolas orientem as famílias com roteiros práticos e estruturados para acompanharem a resolução de atividades pelas crianças; As soluções propostas pelas redes não devem pressupor que os “mediadores familiares” substituam a atividade profissional do professor; as atividades não presenciais devem delimitar o papel dos adultos que convivem com os alunos em casa e orientá-los a organizar uma rotina diária; A avaliação seja realizada a distância sob a orientação das redes, escolas e dos professores e, quando possível, com a supervisão dos pais acerca do aprendizado dos seus filhos; O MEC sugere a utilização do curso on-line para alfabetizadores, disponível no site alfabetizacao.mec.gov.br, como apoio ao trabalho dos professores, coordenadores pedagógicos, diretores de escola e os pais ou responsáveis na organização das atividades não presenciais. Ensino Fundamental (Anos Finais) e Ensino Médio – Sugere-se: A realização de atividades on-line com supervisão de adultos feita por meio de orientações e acompanhamentos com o apoio de planejamentos, metas, horários de estudo presencial ou virtualmente; realização de testes on-line ou por meio de material impresso, entregues ao final do período de suspensão das aulas ; Ensino Técnico - Sugere-se Ampliação da oferta de cursos presenciais em cursos na modalidade EaD e criar condições para realização de atividades pedagógicas não
---	---	---	---

			presenciais de forma mais abrangente a cursos que ainda não se organizaram nesta modalidade. Educação de Jovens e Adultos - Recomenda-se As instituições dialoguem com os estudantes na busca pelas melhores soluções, tendo em vista os interesses educacionais dos estudantes e o princípio normativo de “garantia de padrão de qualidade” Educação Especial se estende a recomendação de atividades pedagógicas não presenciais; Os sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios devem buscar e assegurar medidas locais que garantam a oferta de serviços, recursos e estratégias para que o atendimento dos estudantes da educação especial ocorra com padrão de qualidade; O Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve também ser garantido no período de emergência, mobilizado e orientado por professores regentes e especializados, em articulação com as famílias para a organização das atividades pedagógicas não presenciais a serem realizadas. Educação Indígena, do campo, Quilombola e Povos Tradicionais - com o objetivo de alcançar a finalização do calendário de 2020, as escolas poderão ofertar parte das atividades escolares em horário de aula normal e parte em forma de estudos dirigidos e atividades nas comunidades, desde que estejam integradas ao projeto pedagógico da instituição, para garantir que os direitos de aprendizagem dos estudantes sejam atendidos. Educação superior - Recomenda-se Adotar a substituição de disciplinas presenciais por aulas não presenciais; ^[L1]_[SEP] Adotar a substituição de atividades presenciais relacionadas à avaliação, processo seletivo, TCC e aulas de laboratório, por atividades não presenciais, considerando o modelo de mediação de tecnologias digitais de informação e comunicação adequado à infraestrutura e interação necessárias; ^[L1]_[SEP] Adotar atividades não presenciais de práticas e estágios,
--	--	--	---

			especialmente aos cursos de licenciatura e formação de professores, extensíveis aos cursos de ciências sociais aplicadas e, onde couber, de outras áreas; Definir a realização das avaliações de forma remota; [L] [SEP] adotar regime domiciliar para alunos que testarem positivo ou que sejam do grupo de risco; [L] [SEP] Organizar processo de capacitação de docentes para o aprendizado a distância ou não presencial; Implementar teletrabalho para professores e colaboradores; [L] [SEP] proceder o atendimento ao público dentro das normas de segurança editadas pelas autoridades públicas e com esboço em referências internacionais; [L] [SEP] Divulgar a estrutura de seus processos seletivos de forma remota totalmente digital; [L] [SEP] Reorganização dos ambientes virtuais de aprendizagem e outras tecnologias disponíveis nas IES para atendimento do disposto nos currículos de cada curso; [L] [SEP] Oferta e realização de atividades on-line síncronas de acordo com disponibilidade tecnológica; [L] [SEP] Realização de testes on-line ou por meio de material impresso entregues ao final do período de suspensão das aulas; [L] [SEP] Utilização de mídias sociais de longo alcance (WhatsApp, Facebook, Instagram etc.) para estimular e orientar os estudos e projetos. Avaliações e exames nacionais e estaduais – Sugere-se Considerem as ações de reorganização dos calendários de cada sistema de ensino para o estabelecimento de seus cronogramas; As avaliações e exames de conclusão do ano letivo de 2020 das escolas deverão levar em conta os conteúdos curriculares efetivamente oferecidos aos estudantes, considerando o contexto excepcional da pandemia, com o objetivo de evitar o aumento da reprovação e do abandono no ensino fundamental e médio.
--	--	--	--